

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL - CAMPUS BENTO GONÇALVES**

**COMPARTILHANDO SABERES SOBRE ATIVISMO POLÍTICO PENTECOSTAL
POR MEIO DE UM JOGO EDUCATIVO**

Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul

2024



Alana Luiza Spinelli da Silva

Janine Bendorovicz Trevisan

COMPARTILHANDO SABERES SOBRE ATIVISMO POLÍTICO PENTECOSTAL POR MEIO DE UM JOGO EDUCATIVO

Relatório apresentado à 8ª FEMIC - Feira
Mineira de Iniciação Científica.

Orientação da Professora Janine Bendorovicz
Trevisan

Bento Gonçalves, RS

2024



RESUMO

A pesquisa objetiva desenvolver um jogo didático, direcionado aos estudantes do 3º ano do ensino médio, sobre a influência religiosa na política brasileira. A investigação parte do trabalho de Lunkes, Ferro e Trevisan (2023) que desenvolveram um material educativo em 2023. O trabalho atual revisa e reelabora as regras, define novas questões e aplicações com outras turmas. A metodologia se baseia em revisão bibliográfica para compreender o ativismo político pentecostal no Brasil desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1986. O material didático construído contém tabuleiro, regra, dados, 150 cartas de questões, 5 peças de identificação do jogador e 120 peças bônus com imagem do Congresso Nacional. O jogo foi aplicado com turmas do 3º ano do Ensino Médio do IFRS *campus* Bento Gonçalves. A dinâmica do jogo envolve 25 rodadas, desmembradas em questões com 5 níveis de dificuldade (fácil, médio, difícil, verdadeiro e falso e argumentativas). Durante o jogo, o estudante deve responder sobre as questões e, ao acertar, recebe um bônus. O jogo finaliza com um vencedor quando um dos jogadores chega ao final, sendo que todos os participantes devem ter pelo menos, dois acertos (bônus). Se isso não acontecer, todos devem recomeçar a partida. Esta regra simboliza o caráter coletivo do trabalho político. Durante a dinâmica, dois questionários anônimos, desenvolvidos pelo *google forms*, foram aplicados: um antes do início do jogo e outro, ao final. O objetivo foi mensurar o quanto os estudantes aprenderam com a atividade. Entre os resultados alcançados, destacamos que foi aplicado o jogo em 4 turmas, totalizando 57 estudantes. No formulário pré-jogo, 50% dos estudantes apontaram a igreja Católica como a que possui maior representação no Congresso Nacional. Após o jogo, 63,4% acertaram que a Assembleia de Deus era a igreja com maior representação. A pesquisa possibilitou, de forma lúdica, ampliar conhecimentos de estudantes sobre religião e política no Brasil.

Palavras-chave: sociologia, adolescentes, lúdico.



SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO	5
2.0 JUSTIFICATIVA	6
3.0 OBJETIVOS	7
4.0 METODOLOGIA	8
5.0 RESULTADOS OBTIDOS	13
6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
7.0 REFERÊNCIAS	24

1.0 INTRODUÇÃO

Segundo a teoria básica da ciência jurídica, considera-se um estado laico quando há separação entre o Estado e as religiões, dessa forma não há privilégio de certa crença e nem a permissão de interferência de correntes religiosas em assuntos estatais (Nunes, 2021). A instauração da República Federativa no Brasil em 1889 separou juridicamente a Igreja Católica Romana do Estado Brasileiro. Ainda assim, igrejas e grupos religiosos mantêm a reivindicação pela sua atuação na definição de leis e políticas públicas junto ao Estado Brasileiro.

Com o fim da ditadura militar na década de 1980, a crescente participação política de diferentes grupos sociais e a expansão demográfica dos evangélicos pentecostais, esse grupo começa a participar da política partidária elegendo parlamentares e mobilizando apoio a candidaturas ao cargo maior da nação. Segundo Gershon (2022), nas últimas décadas do século XX, houve um notável crescimento no número de brasileiros que se identificam como evangélicos. Hoje em dia, eles constituem aproximadamente 30% da população do país e representam aproximadamente 24% do eleitorado nacional. Esse aumento também se reflete na composição da Câmara dos Deputados, na qual os membros da FPE compartilham sua identidade religiosa, que afeta diretamente a laicidade do Estado.

Tal movimento traz à tona a reivindicação de centralidade da religião para o direcionamento de leis e políticas públicas para o controle social do conjunto da população. De outro lado, movimentos feministas e LGBTQIAPN+ reivindicam seus direitos civis, sexuais e reprodutivos em nome da autonomia e inserção social, entrando em conflito direto com parlamentares religiosos que buscam confirmá-los ao que entendem como a moral e os bons costumes, além de discursos em defesa da família tradicional e os supostos riscos que esta estaria correndo.

As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1986 trouxeram esse grupo religioso, os evangélicos, para o cenário político nacional. Rompendo com o lema anterior de que “crente não se mete em política”, introduziram o discurso “irmão vota em irmão”. Segundo Machado (2015), a politização desse grupo religioso começou a se manifestar após o processo de redemocratização do Brasil, notadamente em 1986, quando, de acordo com Pierucci e Prandi (1996), 18 parlamentares pentecostais foram eleitos para o Congresso Nacional na Bancada Evangélica Constituinte.

Em meio a esse cenário político e religioso, em 2018, deu-se a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República do Brasil, contando com forte apoio desse grupo religioso, como demonstraram Mariano e Girardi (2019). A nomeação da pastora evangélica e assessora da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional - Damares Alves - para o então recém-criado “Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos” revela a compatibilidade entre o novo governo e os preceitos religiosos desse grupo. No entanto, tal proximidade entre as lideranças pentecostais e o presidente da república, vinha sendo perseguida desde a primeira eleição presidencial do Brasil redemocratizado, em 1989, de modo que, como demonstram diversos estudos (Freston, 1994; Trevisan, 2015), todos os presidentes eleitos desde 1989 contaram, desde a campanha eleitoral, com o apoio formal das lideranças das principais igrejas evangélicas do país.

Atualmente, observa-se a necessidade de analisar a laicidade do Estado Brasileiro, juntamente com seus conceitos bibliográficos. Segundo Cury (2018), a laicidade, em sua essência, representa uma garantia da pluralidade e neutralidade do Estado em relação a questões religiosas. Conforme destacado pelo autor, “a laicidade reconhece e assegura a mais ampla liberdade de expressão religiosa, sem discriminação com base nas crenças ou não crenças dos cidadãos, seja por meio de privilégios, seja por quaisquer vantagens” (Cury, 2018, p. 50). De acordo com Bauberót (2007, p. 115), “a laicidade corresponde a uma realidade pluridimensional, abrangendo aspectos políticos, jurídicos, culturais e sociais, e se insere na história das nações ao longo das evoluções da própria democracia”.

2.0 JUSTIFICATIVA

Conforme apontado por Ricardo Mariano (2005), o movimento pentecostal passou por três fases distintas, também conhecidas como “ondas”. A primeira onda, o Pentecostalismo Clássico, iniciou-se em 1910 com a fundação da Congregação Cristã e da Assembleia de Deus, destacando-se pela ênfase no dom de falar em línguas e na busca pela cura divina. A segunda onda, a partir de 1950 com a criação da Igreja do Evangelho Quadrangular, intensificou a busca pela cura divina, associando a presença

de Deus à garantia de saúde, sendo reconhecida como "Pentecostalismo da Cura Divina".

A terceira onda, denominada Neopentecostal, emergiu nos anos 1970 com a formação da Igreja Universal do Reino de Deus por Edir Macedo, como um marco institucional na evolução do Pentecostalismo. O termo “*neo*” destaca a atualidade e inovação dessa vertente, caracterizada pela ênfase na luta contra o Diabo, na guerra espiritual contra demônios e na teologia da prosperidade. Além disso, destaca-se, com os neopentecostais, o uso crescente das mídias digitais, contribuindo para o seu crescimento exponencial no Brasil.

No cenário brasileiro, os pentecostais despontam como o segmento evangélico de maior expansão, exercendo influência não apenas no campo religioso, mas também na esfera política. Segundo Machado (2015), a politização desse grupo religioso tornou-se notória após o processo de redemocratização do país, especialmente em 1986, quando 18 parlamentares pentecostais foram eleitos para o Congresso Nacional.

3.0 OBJETIVOS

O objetivo que permeia a presente pesquisa é desenvolver um jogo educativo para os estudantes do Terceiro Ano do Ensino Médio sobre o ativismo político pentecostal. Desse modo, compartilhar conhecimentos em conjunto com o último ano do Ensino Médio, que no componente curricular de Sociologia III desenvolve a temática de ciência política. A hipótese da investigação é de que as atividades lúdicas têm a possibilidade de aumentar o conhecimento dos estudantes acerca da temática do ativismo político pentecostal. Dessa forma, garantindo a democratização do conhecimento.

O trabalho revisa e dá continuidade ao trabalho de Lunkes, Ferro e Trevisan (2023), sendo que a investigação atual proporciona a reformulação do jogo anteriormente proposto com o intuito de aprimorar a compreensão, por parte dos estudantes do Terceiro ano do Ensino Médio, acerca do ativismo político pentecostal no Brasil.

Destaca-se que os jogos possuem vasto impacto no processo de memorização para os estudantes, dessa forma, podem contribuir para revisar conteúdos e para

aprender novos conceitos. A utilização de jogos didáticos está sendo frequente na disseminação de conhecimento para a educação básica. De acordo com sua tese, há dois aspectos que favorecem a disseminação desse método. O primeiro é que há uma série de jogos que abordam temáticas históricas, aproximando-se da realidade dos discentes. O segundo fator é o apelo dos jogos na juventude, demonstrando formas lúdicas de ensinar (Juchem e Pereira; 2018, p.1).

4.0 METODOLOGIA

Metodologicamente, realizou-se uma revisão bibliográfica para compreender o ativismo político pentecostal no Brasil desde a redemocratização após o final da ditadura civil-militar e, a partir disso, desenvolveu-se o jogo, com noventa perguntas objetivas (com quatro opções de resposta) de nível médio, fácil e difícil, juntamente com trinta indagações de verdadeiro e falso e trinta problemáticas para o discente argumentar, totalizando cento e cinquenta questões.

Idealizou-se um jogo com os seguintes componentes: cento e cinquenta cartas, um tabuleiro, cinco bonequinhos para marcar o local que o discente está, cento e vinte “bônus”, um gabarito e um manual de instruções (Figura 1). Os “bônus” são caracterizados por um formato circular amarelo com uma figura do Congresso Nacional, já os bonequinhos foram feitos de papel para facilitar na visualização da “casa” que o participante está. O tabuleiro foi dividido em cores determinando as respectivas questões, e posteriormente as regras do jogo foram detalhadas. As questões não constam com a resposta em sua carta, portanto realizou-se em uma folha separada, a realização do gabarito.

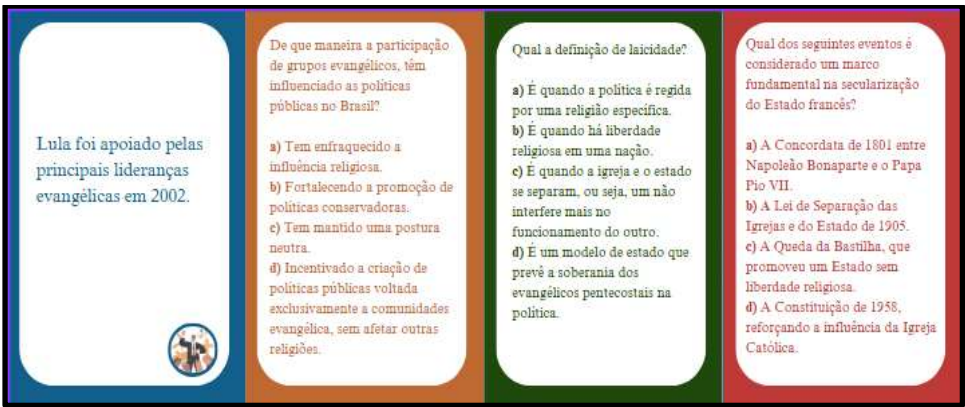
Figura 1 - O jogo “Pentecostais na política”



Fonte: As autoras, 2024.

A partir da execução do material, refletiu-se que a melhor opção seria os estudantes se juntarem em grupos de quatro ou cinco para a realização da atividade. Após, as questões iriam se dividir por meio de cada categoria por cores. A cor azul representa as perguntas de verdadeiro e falso, a verde corresponde à questão fácil, a laranja equivale às questões de nível médio, as vermelhas significam questões difíceis (Figura 2) e por fim, as amarelas são condizentes com as questões argumentativas (Figura 3).

Figura 2 - Exemplos de questões de verdadeiro e falso, dificuldade média, nível fácil e nível difícil em ordem



Fonte: As autoras, 2024.

Para a pergunta argumentativa (Figura 2), o estudante deveria responder de forma criativa e inovadora, com base nos conhecimentos já obtidos sobre o assunto. Os outros jogadores deveriam debater e avaliar se a resposta está correta, não havendo resposta certa pré-definida.

Figura 3 - Exemplos de questões argumentativas



Fonte: As autoras, 2024.

Após a divisão das cartas, o discente deveria colocá-las sob a mesa e tirar uma questão de modo aleatório, conforme a cor da “casa” contida no tabuleiro, definida conforme o número do dado. Se o estudante respondesse de forma correta ao questionamento, haveria o recebimento de um “bônus”, representado pelo Congresso Nacional. Foi realizado um quadro para sistematizar as ações realizadas caso o estudante acertasse ou errasse as perguntas. (Quadro 1).

Quadro 1 - Regras do Jogo “Pentecostais na política”.

Rodadas no tabuleiro:	Verdadeiro e Falso	Nível Fácil	Nível Médio	Nível Difícil
Acertou (ande) 	1	2	2	3
Errou (volte) 	2	1	3	Fica no lugar

Fonte: As autoras, 2024.

Além disso, definiu-se nas regras do jogo que o discente deveria acertar pelo menos duas perguntas das vinte e cinco rodadas, assim, havendo pelo menos dois “bônus”. Se os jogadores não conseguissem ganhar o “bônus” no final das vinte e cinco rodadas, todos os jogadores deveriam recomeçar o jogo do início. Desse modo, este método simboliza que, dentro do ambiente político, todos devem se ajudar. Em suma, o vencedor será o primeiro a chegar à final.

Por fim, realizou-se um *site* com quarenta e uma questões das cento e cinquenta realizadas. Pensou-se em disponibilizar esse material para os discentes acessarem o jogo de forma virtual, de modo acessível e prático. O *site* contém em uma primeira aba as fases do jogo, dividida em suas respectivas cores, e logo após, as cartas com as respostas no final.

Soma-se a isso o desenvolvimento de dois formulários eletrônicos (Quadro 2 e 3). O primeiro questionário foi aplicado com a turma antes da realização do jogo e continha dez questões, sendo nove objetivas e uma dissertativa. O segundo foi aplicado depois da realização do jogo e era composto por treze questões, sendo duas dissertativas e onze objetivas.

**Quadro 2 - Primeira fase das perguntas realizadas para os discentes através do
*google forms***

Você acredita que vivemos em um estado laico? Possíveis respostas: “Sim, Não ou Não sei responder” - Sem resposta correta.
O que é laicidade para você? Pergunta dissertativa, sem resposta correta.
Em que momento histórico os evangélicos ingressaram na política? Possíveis respostas: 1-Durante a Assembleia Constituinte de 1986; 2- Durante o Estado Novo; 3- Durante o golpe militar de 1964. - Resposta correta: Durante a Assembleia Constituinte de 1986.
O que é pentecostalismo? Possíveis respostas: 1- Movimento evangélico protestante que surgiu no início do século XX nos Estados Unidos; 2- Movimento de luta pela igualdade racial, com origem na América Latina; 3- Grupo de ateus que lutam pela laicidade do Estado. Resposta correta: Movimento evangélico protestante que surgiu no início do século XX nos Estados Unidos.

Qual artigo da constituição garante a laicidade do Estado Brasileiro? Possíveis respostas: 1- Nenhum; 2- Artigo Quinto; 3- Artigo décimo quarto. Resposta correta: Nenhum.
Qual dos itens se relaciona com a separação entre Estado e Igreja? Possíveis respostas: 1-Ateísmo; 2-Laicidade; 3- Idealismo; 4- Autoritarismo. Resposta correta: Laicidade.
Quando surgiu a Frente Parlamentar Evangélica? Possíveis Respostas: 1- 2020; 2- 1980; 3- 2003; 4- 2019. Resposta correta: 2003.
Com base no seu conhecimento, como você acredita que a Frente Parlamentar Evangélica está se expandindo? Possíveis respostas: 1- FPE não obteve crescimento. 2- A cada novo pleito tem aumento de parlamentares membros. 3- Vem tendo um decréscimo no número de parlamentares desde a primeira eleição de Lula, em 2002. Resposta correta: A cada novo pleito tem aumento de parlamentares membros.
Qual partido você acredita estar ligada a Igreja Universal do Reino de Deus? Possíveis respostas: 1- Partido Liberal; 2-Partido Social Cristão; 3-Partido Republicanos. Resposta Correta: Partido Republicanos.
Qual Igreja possui maior número de representantes no Congresso Nacional? Respostas possíveis: 1- Igreja Católica Apostólica Romana; 2- Igreja Universal do Reino de Deus; 3- Igreja Assembleia de Deus. Resposta Correta: Igreja Assembleia de Deus.

Fonte: As autoras, 2024.

Após o jogo, aplicou-se o segundo questionário (Quadro 3), que continha as mesmas perguntas, porém com três indagações a mais. As perguntas não apresentavam respostas corretas, contendo uma questão objetiva de escala linear e outras duas dissertativas, sem resposta pré-definida.

Quadro 3 - Segunda fase das perguntas realizadas para os discentes através do *google forms*.

Após o jogo, você concorda que, atualmente, o apoio de lideranças evangélicas é algo significativo para obter apoio na política? Pergunta dissertativa, sem resposta correta.
O jogo te ajudou a aprender mais sobre a influência da religião na política no Brasil Escala linear, sem resposta correta.
O que você achou da atividade? Pergunta dissertativa, sem resposta correta.

Fonte: As autoras, 2024.

5.0 RESULTADOS OBTIDOS

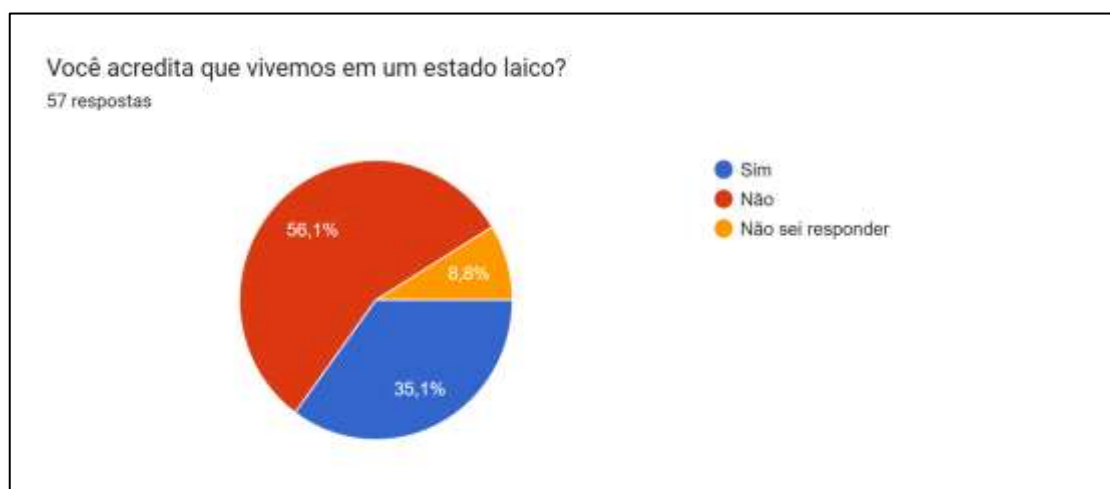
Em conjunto com o jogo, há a realização de dois questionários, um no início e outro no final da aplicação. Esses questionários tinham o objetivo de mensurar a aprendizagem dos estudantes antes e depois da atividade. Ressalta-se que as perguntas relativas aos questionários eram do jogo, dessa forma, os discentes poderiam descobrir se a questão respondida antes da estava correta, dessa forma, poderia haver reflexão.

Após a coleta das respostas do primeiro formulário, as regras do jogo foram explanadas para que cada grupo pudesse começar a partida. Como resultado parcial, aplicou-se o jogo com quatro turmas, a qual continham cinquenta e sete estudantes. O jogo teve duração média de trinta minutos. Nesse período de tempo, os discentes conseguiram jogar uma rodada em somente um período de aula. Para a primeira aplicação, destinou-se um tempo de uma hora e vinte minutos para a elaboração da atividade. Logo após o jogo, houve um momento de debate sobre o que poderia ser melhorado e a opinião dos estudantes sobre a proposta.

No início da aplicação do questionário, evidenciou-se que a privacidade do discente era extremamente relevante. Assim, o questionário seria totalmente anônimo, sem nenhum dado pessoal coletado e armazenado, sendo o objetivo apenas compreender as opiniões e experiências, sem comprometer o discente. Portanto, sem nenhuma pergunta obrigatória no formulário, o número de participantes por questão poderia variar.

Na primeira pergunta do questionário prévio (Figura 4), 56,1% (32 discentes) relataram que o Estado não era laico. Enquanto, 35,1% (20 estudantes) acreditaram na laicidade do país. Cerca de 8,8% (5 alunos) não souberam responder a questão. Dessa forma, destaca-se que a maioria, antes da aplicação do jogo, acreditavam na veracidade do Estado brasileiro.

Figura 4 - Primeira pergunta do questionário pré-jogo

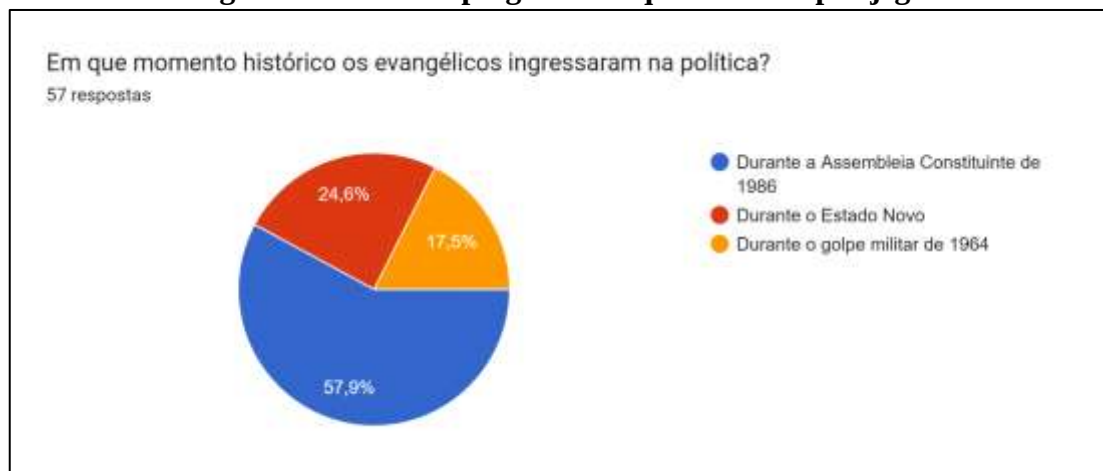


Fonte: As autoras, 2024.

A segunda pergunta realizada foi como os estudantes entendiam a laicidade no Brasil. Essa pergunta não havia resposta correta definida, destaca-se que o propósito dessa questão era entender como os discentes do IFRS *campus* Bento Gonçalves entendiam a laicidade. Quarenta e oito estudantes responderam à questão, observou-se que os discentes escreveram que acreditavam que laicidade era a separação de Igreja e Estado. Porém, outros replicaram pontuando que a laicidade significava a influência religiosa dentro da política. Desse modo, evidencia-se a importância de refletir temáticas relativas ao ativismo político pentecostal no Brasil.

Ao serem questionados em que momento históricos evangélicos tinham ingressado na política (Figura 5), trinta e três estudantes (57,9%) responderam corretamente que o grupo ingressou durante a Assembleia Constituinte de 1986. Alguns discentes relacionaram o ingresso dos evangélicos na política com o Estado Novo (24,6% - 14 alunos). Apenas 17,5% (10 estudantes) responderam que foi durante o Golpe Militar de 1964.

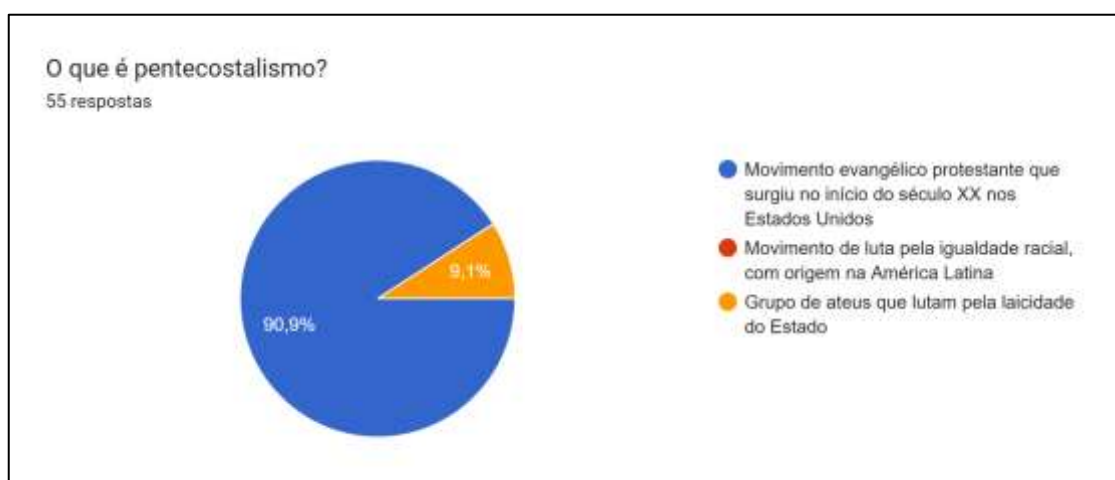
Figura 5 - Terceira pergunta do questionário pré-jogo.



Fonte: As autoras, 2024.

Ao serem questionados sobre o conceito de pentecostalismo, (Figura 6), cinquenta estudantes (90,9%), responderam corretamente, que o pentecostalismo foi um movimento evangélico protestante que surgiu no início do século XX nos Estados Unidos. Por fim, apenas 9,1% (5 estudantes), responderam que foi um “grupo de ateus que lutaram pela laicidade do Estado”. Evidencia-se que nenhum aluno respondeu que o pentecostalismo poderia ser um movimento de luta pela igualdade racial com origem na América Latina, demonstrando que os estudantes tinham um breve conhecimento sobre a temática central do assunto.

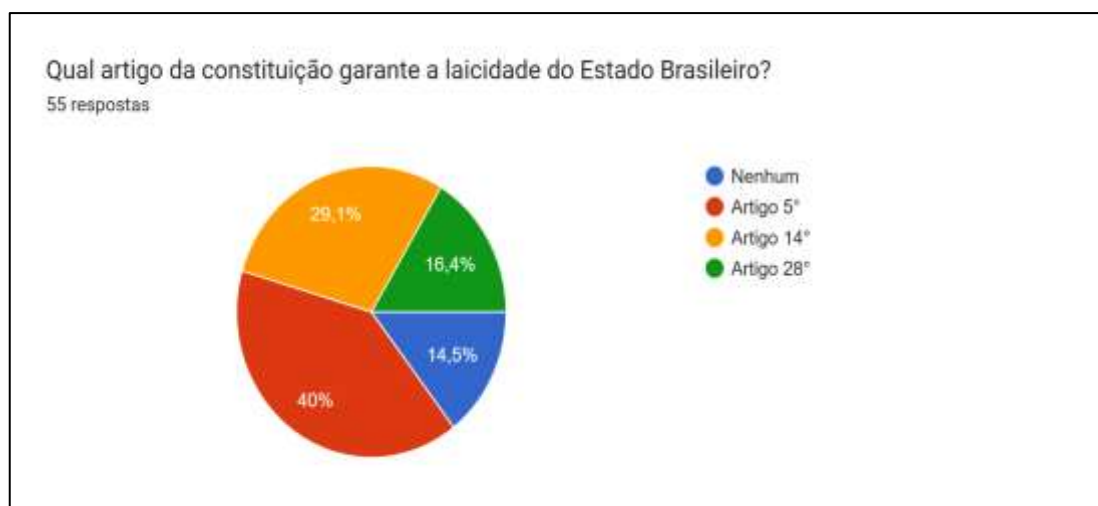
Figura 6 - Quarta pergunta do questionário pré-jogo



Fonte: As autoras, 2024.

A quinta pergunta realizada no formulário foi relativa a qual artigo da constituição garantiu a laicidade do Estado Brasileiro (Figura 7). A pergunta resultou em uma vasta variedade de respostas. 40% dos discentes declararam que a laicidade estava no artigo quinto da constituição. Dados apontam que 29,1% dos alunos apontaram que a resposta correta seria o “artigo décimo quarto”. Somente 14,5% respondeu corretamente que não há nenhum artigo que garanta a laicidade no Brasil, fato que demonstra certa defasagem dos discentes neste aspecto.

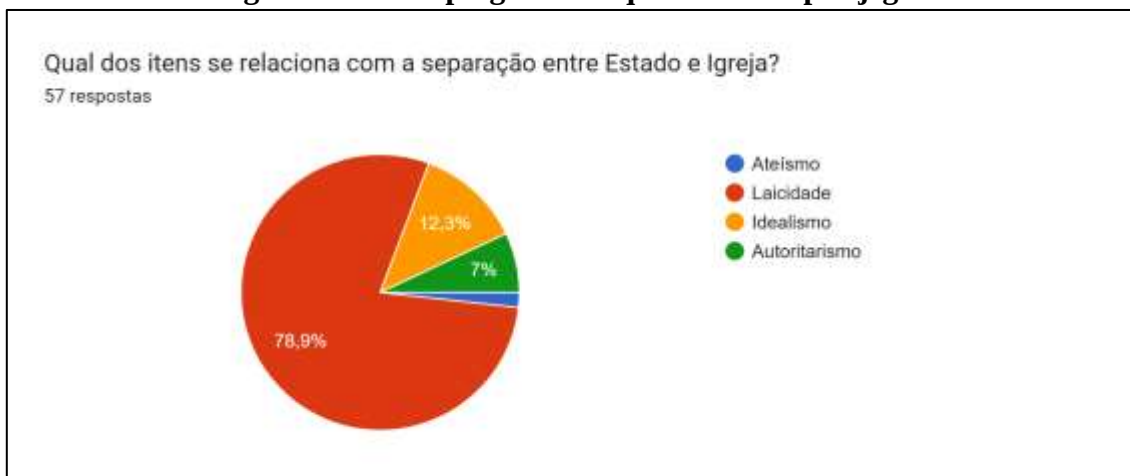
Figura 7 - Quinta pergunta do questionário pré-jogo



Fonte: As autoras, 2024.

Ao questionar-se sobre qual dos itens se relaciona com a separação entre Estado e Igreja (Figura 8), evidencia-se que 78,9% dos alunos acertaram a pergunta, marcando a alternativa “laicidade”. Já, 12,3% responderam que o termo correto seria “Idealismo” e 7% assinalou a alternativa “Autoritarismo”.

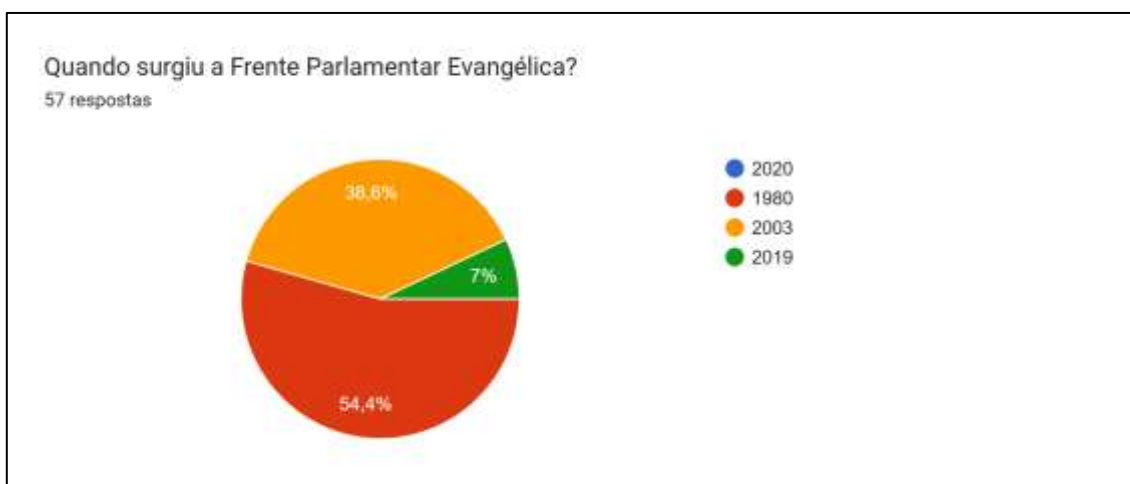
Figura 8 - Sexta pergunta do questionário pré-jogo.



Fonte: As autoras, 2024.

Já na pergunta “Quando surgiu a Frente Parlamentar Evangélica?”, houve uma diversidade de respostas (Figura 9). A maioria (54,4%) respondeu que o seu surgimento foi em 1980, já 38,6%, responderam que seu surgimento foi em 2003. Cerca de 7% acertaram a questão assinalando que sua criação foi em 2019..

Figura 9 - Sétima pergunta do questionário pré-jogo



Fonte: As autoras, 2024.

A partir dos dados coletados no questionário pré-jogo, 66% dos discentes refletiram que a cada novo pleito há um aumento significativo de parlamentares membros. Já, 21,4% destacam que o crescimento da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) vem tendo um decréscimo no número de parlamentares desde a primeira eleição de Lula, em 2002. Destaca-se que essa resposta pode ter sido gerada a partir da ascensão

do governo de esquerda que, em muitos momentos, se diverge com ideologias da Frente Parlamentar Evangélica. Cerca de 12,5% dos discentes afirmaram que não houve significativo crescimento da FPE (Figura 10).

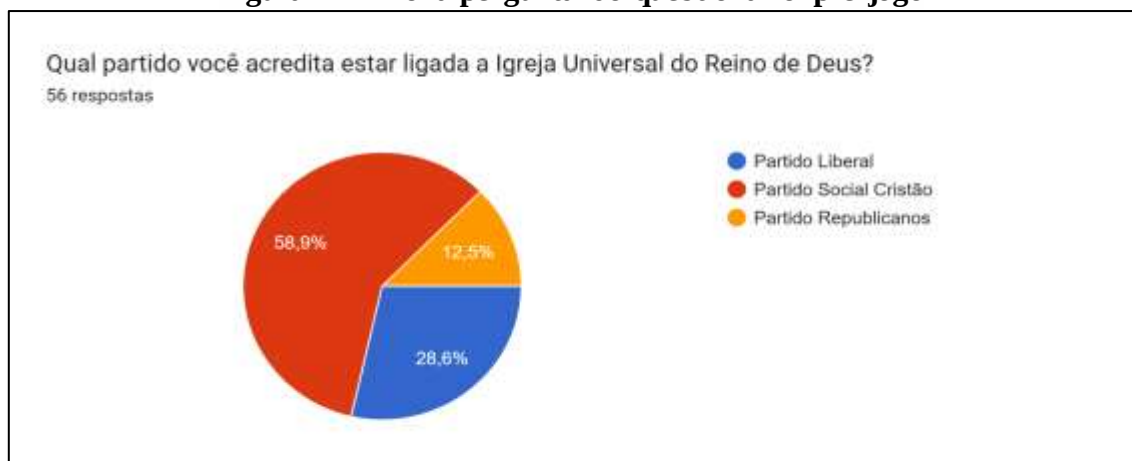
Figura 10 - Oitava pergunta do questionário pré-jogo



Fonte: As autoras, 2024.

Conforme o questionamento de qual partido estaria ligado à Igreja Universal do Reino de Deus (Figura 11), evidenciou-se que a maioria dos estudantes (58,9%) respondeu que o Partido Social Cristão era a maior parcela interligada à Igreja. Dessa forma, percebe-se que os estudantes podem ter relacionado a religião cristã com a Igreja Evangélica. Já a primeira alternativa do questionário, “Partido Liberal” correspondeu a 28,6% dos discentes. A resposta correta seria “Partido Republicanos”, a qual 12,5% dos discentes responderam a essa alternativa.

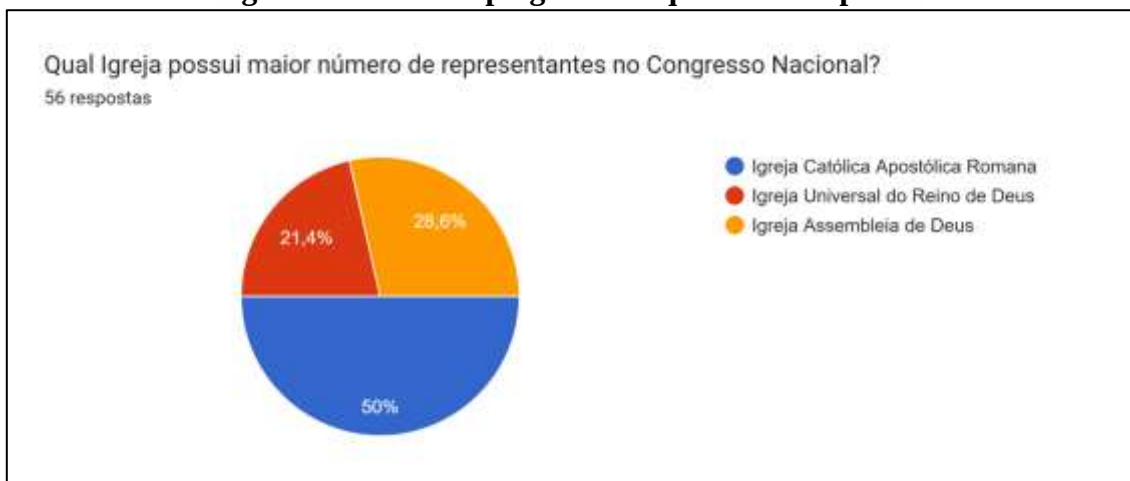
Figura 11 - Nona pergunta do questionário pré-jogo



Fonte: As autoras, 2024.

A última questão do questionário prévio pergunta qual Igreja possui maior número de representantes no Congresso Nacional (Figura 12). A alternativa correta corresponde a Igreja Universal do Reino de Deus, a qual 21,4% dos discentes respondeu corretamente. A maioria dos estudantes respondeu que a Igreja Católica Apostólica Romana era a alternativa correta (50%), dessa forma, percebeu-se que os estudantes entendiam que os evangélicos pentecostais não eram tão relevantes na política quanto os cristãos, já que nas duas últimas perguntas (Figura 8 e 9), assinalaram movimentos de origem católica.

Figura 12 - Décima pergunta do questionário prévio



Fonte: As autoras, 2024.

Após o questionário prévio do jogo, introduziram-se as regras da atividade e organizaram-se os grupos. Durante a aplicação do jogo, observou-se que a maioria dos estudantes conseguiu acertar mais de uma pergunta, dessa forma, atingindo o objetivo do jogo. Ao visualizar a quantidade de “bônus” obtidas ao longo da partida, percebeu-se que os grupos coletaram em média dez “bônus” no total. Relatou-se que cada estudante respondeu cerca de cinco questionamentos no decorrer das vinte e cinco partidas, sendo que cada partida teve uma duração média de vinte minutos. Somente um dos três grupos teve que recomeçar a atividade novamente, já que um dos discentes não acertou as duas questões planejadas (Figura 13).

Figura 13 - Aplicação do Jogo com turma do Terceiro ano do Ensino Médio

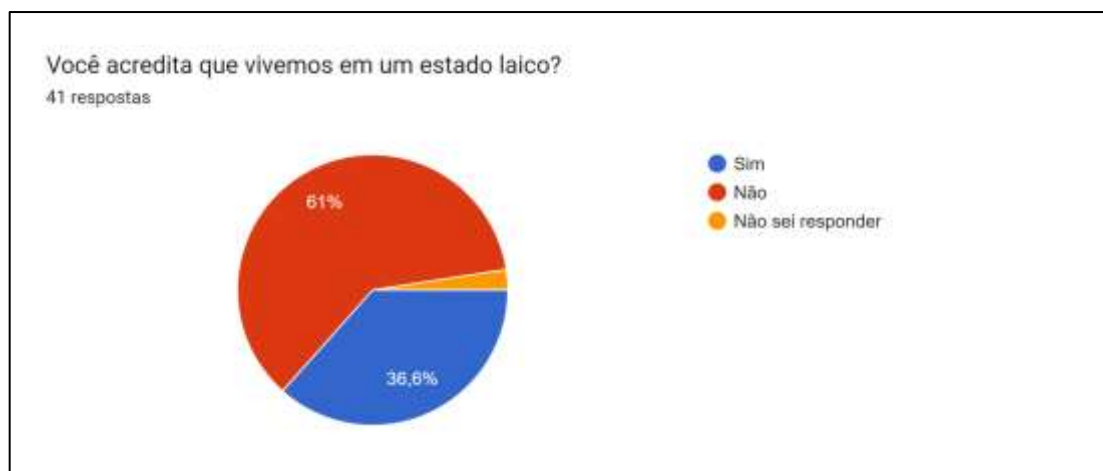


Fonte: As autoras, 2024.

Durante a aplicação do jogo, um discente questionou se realmente o presidente Lula foi apoiado pelas principais lideranças evangélicas no ano de 2002. Dessa forma, entendeu-se que os estudantes não tinham conhecimento sobre as campanhas políticas realizadas para obtenção dos votos das parcelas evangélicas.

Em relação ao questionário, após o jogo, houve no total quarenta e uma respostas. Na primeira pergunta (Figura 14), observou-se que a maioria dos discentes (61%) assinalou que o Brasil não apresenta um Estado laico, mostrando uma mudança de perspectiva em comparação com o formulário pré-jogo. Na segunda questão, estudantes definiram o conceito de laicidade de forma correta, ao contrário do questionário prévio. Explicações como “É quando nenhuma religião exerce influência sobre o Estado e suas decisões” e “Religião não inserida na política” foram algumas das respostas fornecidas.

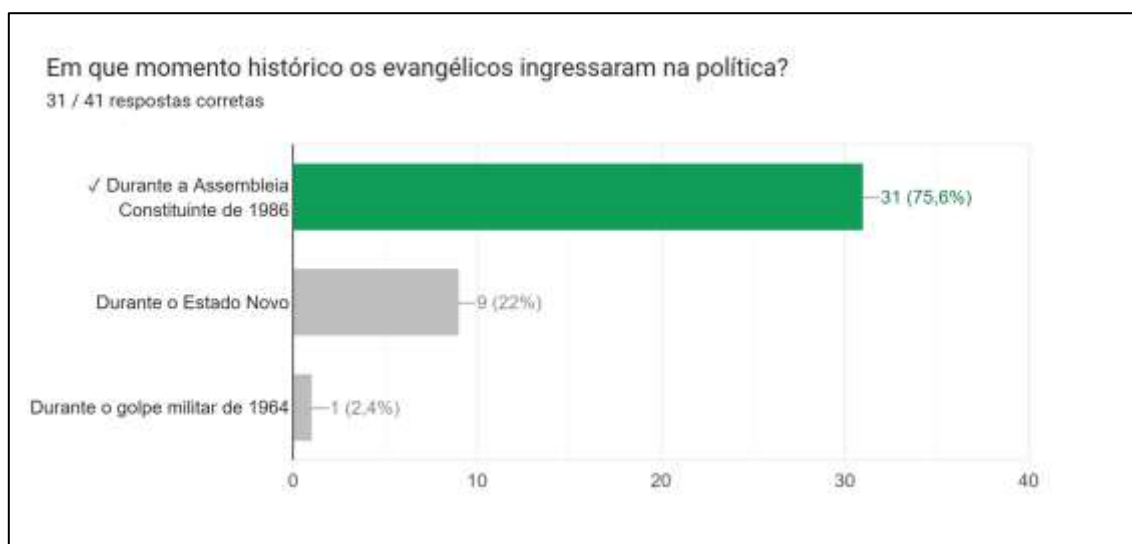
Figura 14 - Primeira pergunta do questionário pós-jogo



Fonte: As autoras, 2024.

Segundo o gráfico (Figura 15) da terceira pergunta do questionário após o jogo, observou-se que trinta e um estudantes (75,6%) acertaram a questão. Mostrando novamente uma mudança de respostas em relação ao formulário pré-jogo, em que a predominância das respostas era de acordo com a alternativa que sugeria o “Estado Novo”.

Figura 15 - Terceira pergunta do questionário pós-jogo

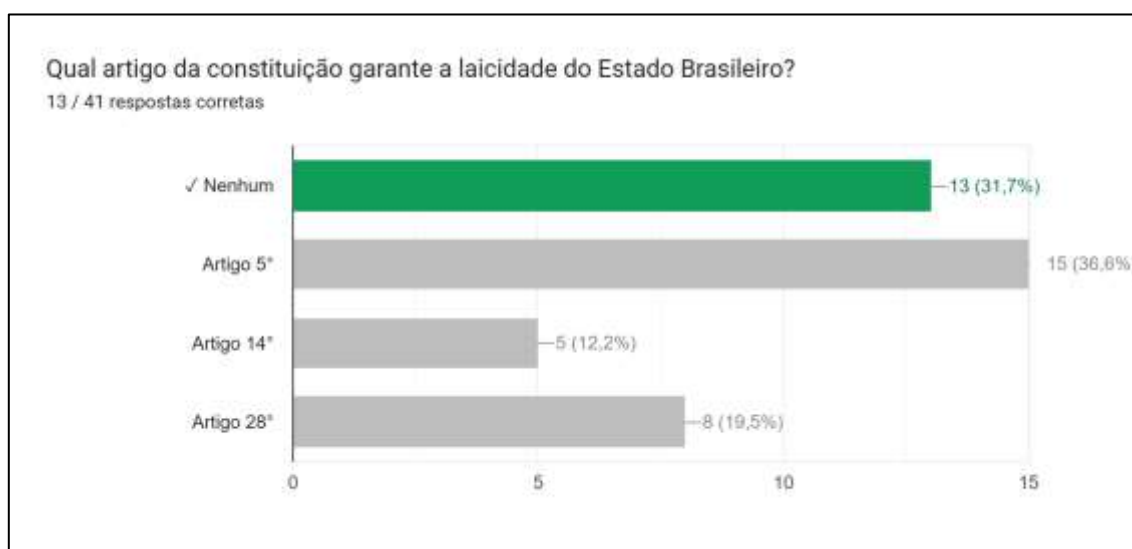


Fonte: As autoras, 2024

Em relação à quarta pergunta do formulário (Figura 16), observa-se que parte dos discentes respondeu corretamente à questão (31,7%), porém, ainda houve confusões em

relação ao artigo quinto da Constituição Federal (36,6%). Destaca-se que, diversos discentes informaram que gostariam de mais tempo para realizar a atividade, além disso, gostariam de uma aula anterior para apresentar o conteúdo e após a aplicação do jogo como fixação.

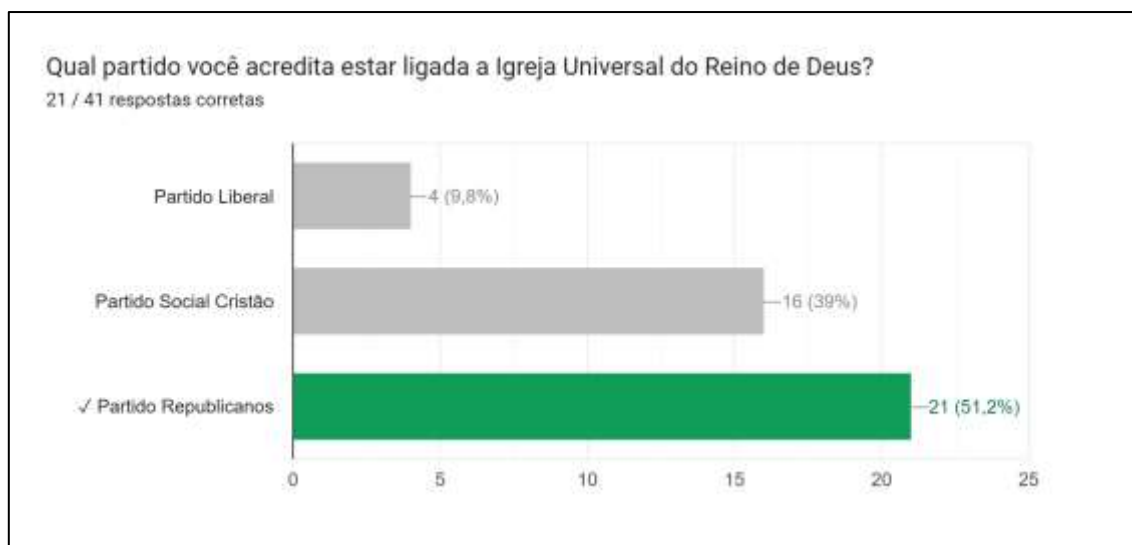
Figura 16 - Quarta pergunta do questionário pós-jogo



Fonte: As autoras, 2024

A figura 17, referente a quinta pergunta do questionário pós jogo, refere-se a qual partido o participante acreditava estar ligada a Igreja Universal do Reino de Deus. A maior parte dos estudantes (51,2%) assinalaram que o Partido Republicanos,, estaria ligado à Igreja. Já em segundo lugar, 39% dos alunos apontaram o Partido Social Cristão (PSC). Observa-se uma mudança de respostas, já que no formulário prévio a maior parte dos discentes assinalou o PSC como resposta correta, após o jogo e a revisão do conteúdo houve um aumento de acertos.

Figura 17 - Quinta pergunta do questionário pós-jogo



Fonte: As autoras, 2024

Por fim, os discentes responderam que o jogo ajudou a compreender mais sobre a influência da religião na política brasileira. Relatou-se que o jogo “Foi muito bom, já que conseguimos aprender várias coisas que não conhecíamos e não fazíamos ideia de algumas coisas. O jogo é muito proveitoso para trazer o assunto para os alunos, sendo uma forma didática de discutir o conteúdo”.

6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade aplicada com o Ensino Médio se demonstrou extremamente eficaz, já que entreteve os estudantes de uma forma lúdica, descontraída e, ao mesmo tempo, educou sobre o ativismo político pentecostal no Brasil. Mesmo com resultados parciais, percebe-se que os objetivos foram contemplados, já que houve o desenvolvimento de um jogo vinculando os aspectos da política brasileira. Destaca-se que o jogo estimulou diversos níveis de dificuldade, contendo questões mais amplas, presentes no componente curricular de Sociologia do Terceiro ano, até questões mais específicas sobre as ações promovidas pela Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional.

Percebeu-se que os estudantes alcançaram percentuais maiores no segundo questionário em comparação com o primeiro. Dessa forma, a hipótese de que as atividades lúdicas têm a possibilidade de aumentar o conhecimento dos estudantes

acerca da temática do ativismo político pentecostal foi alcançada nesse primeiro momento.

Os relatos dos discentes foram positivos sobre a aplicação da atividade, diversos estudantes comentaram que o jogo foi muito interessante e importante para seu aprendizado. Por fim, destaca-se que o projeto possibilitou o desenvolvimento de um jogo educativo adaptado à educação básica brasileira, permitindo a conscientização de discentes acerca da democracia em nosso país e a influência pentecostal.

7.0 REFERÊNCIAS

BAUBÉROT, Jean. **Les Laïcités dans le Monde**. Paris: PUF, 2007.

BAUBERÓT, Jean; MILOT, Micheline; BLANCARTE, Roberto. **Declaração Universal sobre a Laicidade no século XXI**. Transcrito de Lorea, R. A. (Org). Em defesa das liberdades laicas. Porto Alegre: Casa do Advogado, 2008.

CURY, C. A. J. Laicidade e religião. In: Baptista, P. A. N.; Passos, M.; Silva, W. T. (Orgs.). **O sagrado e o urbano: diversidades, manifestações e análise**. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 127-134

CURY, C. R. J.; Reis, M. Zanardi, T. A. C. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético**. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

GERSHON, Débora. Atuação da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados. **Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB)**. Disponível em: <https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 09 Out. 2023.

JUCHEM, Henry; PEREIRA, Nilton Mullet. Sobre o uso de jogos no ensino de história. **Revista Brasileira de Educação Básica**. v. 3, n. 7, p. 1-10, 2018.

LUNKES, Bianca; FERRO, Luisa; TREVISAN; Janine. Vivemos em um estado laico? Compartilhando saberes acerca do ativismo político pentecostal no Brasil redemocratizado. **Anais da 13ª Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa - IFRS campus Osório**, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/spine/Downloads/ANAIS%20MOEXP%202023.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024

MACHADO, M. das D. C. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião & Sociedade**. v. 35, n. 2, p. 45–72, dez. 2015.

MARIANO, Ricardo e GIRARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**. São Paulo, 2019.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2 ed, 2005.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil. **Espiritualidade e Sociedade**. [s/d]. Disponível em: https://www.espiritualidades.com.br/Artigos/M_autores/Mariano_Ricardo_tit_Pentecostais-e-politica-no-Brasil.htm. Acesso em 22 abr 2023.

NUNES, Élton, 2021. Vista do conceito de laicidade no Brasil: apontamentos para uma teoria. Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/55845/37850>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PIERUCCI, A. F. O.; PRANDI, Reginaldo. Realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

TREVISAN, Janine. Pentecostais e movimento LGBT nas eleições presidenciais de 2014. **Debates do NER**. Ano 16, número 27, jan./jun. 2015.